

AFRODESCENDENTES NA UNIVERSIDADE: um estudo sobre as políticas de Ações Afirmativas no Brasil e na Colômbia (2000 a 2017)

MARIANA FELIX¹; CARLOS ARTUR GALLO²;

¹Universidade Federal de Pelotas – marianafelixdequadt@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas- galloadv@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Estudos realizados que enfatizam as intersecções de desigualdades evidenciam que raça ou origem étnica são fatores determinantes para condições periféricas nas sociedades Latino-americanas (CARNEIRO 2003; SANTOS 1999). A interação entre raça, classes sociais e estruturas hierárquicas da sociedade são consequências das relações socioculturais estabelecidas por imposições do regime de escravidão e das suas relações coloniais. Deste modo, teóricos da literatura decolonial e das Relações Internacionais como Balibar; Wallerstein (2011) e Quijano (2005) avaliam que esses processos históricos formaram uma América Latina movida pela exclusão e uma ordenação desigual de grupos sociais, tendo como exemplo, e como centro desta pesquisa, os afrodescendentes. De modo consequente, tais desigualdades subjacentes continuam refletindo na qualidade de vida dos Afros Latino-americanos, principalmente em relação às esferas econômicas e sociais. A título de exemplo, o estudo realizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) sobre políticas públicas para afrodescendentes em países como Peru, Equador, Brasil e Colômbia demonstram que os integrantes desse grupo apresentam os menores índices de escolaridade, renda e emprego quando comparada ao restante da população (RANGEL, 2016).

Contudo, é somente a partir da dinâmica internacional que sistematiza a Conferência de Durban que os Estados reconhecem a existência dessas desigualdades raciais em seus territórios nacionais e comprometem-se para com a igualdade racial. Esse momento é considerado como o grande marco internacional para a formulação de Políticas Públicas para Afrodescendentes no Brasil e na Colômbia e mais especificamente para este estudo as cotas raciais na universidade. Ademais, a atuação interna dos movimentos negros Colombianos e Brasileiros na formação da agenda de igualdade racial, bem como na articulação da política de cotas foram fundamentais. Logo, a dicotomia entre as influências externas (atores internacionais) e internas (movimentos sociais/governos) serão dinâmicas da presente pesquisa.

Desta forma, o presente projeto de dissertação entrelaça dois países: Brasil e Colômbia. E envolve dois campos de discussão: por um lado, o contexto de implementação de políticas afirmativas no ensino superior na América Latina, o qual implica, intrinsecamente, na compreensão das desigualdades raciais. E por outro lado, as diferenças nos modelos de políticas de cotas raciais no âmbito universitário, entre o Brasil e a Colômbia, buscando interpretá-los de acordo com contexto político local. E possui como problema de pesquisa: Quais são as diferenças entre o modelo de política de cotas raciais universitárias criado no Brasil em relação com aquele implementado na Colômbia no período de 2000 a 2017? O período de tempo analisado tem como base a implementação das políticas de ações afirmativas no Brasil a partir de 2005, e na Colômbia a partir

dos anos 2000. A partir da pergunta apresentada, esta pesquisa pretende, ainda, responder aos seguintes questionamentos: Como foram formuladas as políticas de acesso ao Ensino Superior voltadas à população afrodescendentes nos dois países mencionados? Quais os principais resultados gerados no período de tempo identificado?

2. METODOLOGIA

Antes de iniciar a descrição do procedimento metodológico adotado para a realização da pesquisa, é necessário abordar que ela se desenvolve sobre uma epistemologia comparativa, a partir das semelhanças estruturais entre ambos países. Consequentemente, busca-se a partir dessas semelhanças demonstrar as diferenças. A pesquisa será qualitativa. Tendo em vista que um dos problemas de pesquisa é compreender quais são os modelos desenvolvidos no Brasil e na Colômbia dessa política, uma das formas de análise que esse projeto objetiva é compreender o modelo a partir dos ciclos de uma política pública na teoria de Palares. As técnicas utilizadas são a bibliográfica e documental.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Sito (2016, p. 142) “os modelos de ações afirmativas para o ensino superior refletem a arena de disputas no embate frente às políticas antirracistas”, uma vez que ao mesmo tempo que eles podem ser elaborados com um formato específico também podem ser alterados, a posterior, por meio de pressão de grupos políticos. Deste modo, os métodos de ingresso nas universidades públicas do Brasil e da Colômbia acontecem por meio de provas, tanto providas pelo Estado quanto pelas próprias instituições de ensino. Para conhecer os programas de ação afirmativa da Colômbia, será utilizado o trabalho de León e Holguín (2005) que descreve com detalhes os programas de ação afirmativa em 6 universidades Colombianas.

Na figura seguir, é apresentado os programas de ação afirmativa em 6 universidades públicas Colombianas que apresentam elementos da fase de formulação da agenda, de implementação, de desenho da política e de avaliação.

Figura 1- Programas de ação afirmativa em Colômbia

Universidades	Medida	Origem	Processo de admissão
1. Univ. de Antioquia	▪ Ingresso especial para indígenas e afro-colombianos	▪ Iniciativa da Reitoria ▪ 1983 Indígenas ▪ 2002 Afro-colombianos	▪ 2 vagas por curso semestrais por cada grupo ▪ Menor pontuação no vestibular da Universidade ▪ Competem entre si pelas vagas
2. Univ. de Caldas	▪ Ingresso especial indígenas e afro-colombianos	▪ 1990 indígenas ▪ 1999 afro-colombianos ▪ O primeiro acordo se dá por convênio entre diretivas e cabildo indígena	▪ Duas vagas por cada comunidade ▪ Exame do Estado ▪ Competem entre si pelas vagas
3. Univ. Distrital Francisco José de Caldas	▪ Ingresso especial para minorias étnicas, culturais, reinseridos e desterrados.	▪ 2002 iniciativa da Reitoria	▪ Para 40 estudantes admitidos regularmente por cursos são destinadas cinco vagas especiais ▪ Exame do Estado
4. Univ. Industrial de Santander	▪ Ingresso especial para membros de comunidades indígenas, filhos de servidores, reinseridos, melhores estudantes da escola básica.	▪ Desde 1991 até 1996 criaram acordos de ingresso especial	▪ Exame do Estado ▪ Menor pontuação
5. Univ. Nacional da Colômbia	▪ Admissão especial para indígenas e afrodescendentes ▪ Admissão especial para melhores estudantes da escola básica de municípios pobres	▪ Iniciativa da Reitoria ▪ 1986 indígenas ▪ 1989 melhores estudantes ▪ 2009 afrodescendentes	▪ 2% das vagas por curso ▪ Vestibular da universidade ▪ Competem entre si pelas vagas
6. Univ. Tecnológica de Pereira	▪ Ingresso especial para indígenas e afro-colombianos	▪ 2000 iniciativa da Reitoria	▪ Cinco vagas especiais ▪ Exame do Estado ▪ Competem entre si pelas vagas

Fonte: Elaborado por Luanda Sito (2016), com base em León & Holguín (2005).

Conforme os dados de León e Holguín (2005), das seis universidades públicas com ações afirmativas, cinco possuem políticas de ingresso diferenciado desde as décadas de 1980 ou 1990. Inicialmente, foram providas somente com política de acesso afirmativo para as populações indígenas e somente aos anos de 2000 inseriram a população afro-colombiana entre os beneficiários.

Para Sito (2016, p. 146), a partir desses dados é possível delinear cinco aspectos das políticas afirmativas em universidades públicas Colombianas. O primeiro tem a ver com a existência de um ambiente favorável às políticas afirmativas antes da Conferência de Durban, ocorrida em 2001. Mas, que, no entanto, tais políticas eram limitadas para a população indígena.

Em relação ao Brasil, os métodos de ingressos seguem a lei 12.711/2012 que regulamenta o ingresso nas instituições federais de ensino. Segundo essa lei, sancionada em agosto de 2012, 50% por curso e turno nas 59 universidades federais deve ser para reservas de cotas. As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Segundo essa lei, sancionada em agosto de 2012, 50% por curso e turno nas 59 universidades federais deve ser para reservas de cotas. As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio.

4. CONCLUSÕES PRÉVIAS

Em relação à *formação da agenda*, no Brasil, houve um debate público mais ampliado em torno das reservas de cotas que na Colômbia, isto de certa forma possibilitou uma pluralidade de ideias na sociedade em torno da implementação dessas políticas, bem como possibilidade da alteração e progressão do modelo das mesmas. Exemplo disso, é de que se anteriormente as cotas raciais estavam desvinculadas das cotas sociais, atualmente, elas andam juntas. Como o sistema de educação nas universidades públicas do Brasil são gratuitos, diferentemente da Colômbia (que mesmo as públicas são pagas) os modelos de ações afirmativas tendem a ser menos centrais no debate público.

Em relação a *Implementação*, na Colômbia, o número de reservas de vagas é menor em relação às reservas de vagas do Brasil. Na Colômbia essa política surge mais por iniciativa das reitorias, diferente do Brasil que partiu mais dos conselhos universitários; os quais apresentam na sua constituição docentes, servidores públicos e estudantes. Isso demonstra que no contexto Colombiano essa política foi engendrada de cima para baixo e, por conseguinte sem maior. Na Colômbia essa política surge mais por iniciativa das reitorias, diferente do Brasil que partiu mais dos conselhos universitários; os quais apresentam na sua constituição docentes, servidores públicos e estudantes. Isso demonstra que no contexto Colombiano essa política foi engendrada de cima para baixo e, por conseguinte sem maior diálogo com os movimentos sociais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Rio de Janeiro: Takano, 2003.

BALIBAR, Etinne; WALLESTEIN, Immanuel. *Raça, Nação e classe: identidades ambíguas*. London, New York: Verso, 2011. Disponível em: <http://rebels-library.org/files/ambig_ident.pdf>.

LÉON; Magdalena, HOLGUÍN; Jimena. *Acción Afirmativa: Hacia Democracias Inclusivas. Fundación Equitas*. Santiago, Chile, 2005. Disponível em: <<http://bdigital.unal.edu.co/40092/1/95684400210.pdf>>. Acesso em: 10/07/2018.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*. In: **Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Edgardo Lander (org). Colección SurSur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

RANGEL, Marta. *Políticas públicas para Afrodescendientes: marco institucional em el Brasil, Colombia, el Ecuador y el Perú*. Naciones Unidas, Santiago: CEPAL, 2016. 63 p. (CEPAL – Serie Políticas Sociales, nº 220). Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40854/S1601272_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

SITO, Luanda Rejane Soares. **Escritas Afirmativas**: Estratégias criativas para subverter a colonialidade em trajetórias de Letramento acadêmico. 2016. 297 f. Tese (Doutorado em Linguagem e educação) - Programa de Pós-graduação em Linguagem e educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/304864/1/Sito_LuandaRejaneSoares_D.pdf>. Acesso em: 2/07/2018.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Ação afirmativa ou a utopia possível**. Relações raciais e grupos socialmente segregados. Brasília: Movimento Nacional de Direitos Humanos, 1999.